

Introdução

Educação a Distância: política pública essencial à educação brasileira

Distance Education: public policy essential for Brazilian education

Educación a Distancia: una política pública esencial para la educación brasileña

João Carlos Teatini de Souza Clímaco, diretor de Educação a Distância (DED/Capes), professor associado da Universidade de Brasília, mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e PhD em Engenharia Estrutural pela *Polytechnic of Central London*. E-mail: teatini@capex.gov.br.

Resumo

Para os estudiosos do tema, a educação na modalidade a distância (EaD) tem uma história que poderia, há muito, estar consolidada no Brasil não fosse o apoio tardio, ou mesmo a negligência, em termos de política pública federal. Experiências de sucesso são relatadas neste artigo, dos primórdios, na primeira metade do século passado, na educação básica e profissional, à pós-graduação. Em 2009, com a missão atribuída pela Lei nº 11.502, de 2007, de atuar na formação inicial e continuada dos professores da educação básica, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior assumiu, no âmbito do Ministério da Educação, o Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de conferir à educação a distância superior o reconhecimento angariado no Sistema Nacional de Pós-Graduação. São também expostas algumas inconsistências do preconceito à modalidade em certos setores acadêmicos e sindicais no País e sintetizados os resultados do Sistema UAB e sua contribuição potencial à construção do Brasil como nação social e economicamente desenvolvida.

Palavras-chave: Educação a Distância. Universidade Aberta do Brasil. Capes.

Abstract

For those who study the topic, distance education would be consolidated in Brazil if it had received adequate support in the past from federal public policy initiatives. Successful experiences are related in this article, from the beginnings, in the first half of the last century, in basic and professional education to the graduate level. In 2009, with the mission attributed by Law 11.502, of 2007, to work with the initial and continuing preparation of professors of basic education, the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel, assumed, within Ministry of Education, the Open University System of Brazil, with the objective of giving distance education the recognition it deserves within the National System of Graduate Study. The article reveals some inconsistencies and prejudices directed at the modality by certain academic and union sectors in the country. It also synthesizes the results of the UAB System and discusses its potential contribution in the construction of Brazil as a nation which is socially and economically developed.

Keywords: Distance Education. Open University of Brazil. Capes.

Resumen

Para los estudiosos del tema, la historia de la educación a distancia (EaD) podría, hace mucho, estar consolidada en Brasil no fuese el apoyo tardío o incluso la negligencia en términos de política pública federal. Experiencias exitosas son presentadas en este artículo desde los primordios en la primera mitad del siglo pasado en la educación básica y profesional al posgrado. En 2009, con la misión asignada por la Ley no 11.502 de 2007 para actuar en la formación inicial y continua de los profesores de la educación básica la Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior asumió, en el ámbito del Ministerio de Educación, el Sistema Universidad Abierta de Brasil (UAB) con el objetivo de dar a la educación superior a distancia el reconocimiento conquistado por el Sistema Nacional de Posgrado. También se exponen algunas inconsistencias con relación al perjuicio referente a la modalidad en determinados sectores académicos y sindicales en el

país y se presenta un resumen con los resultados del Sistema UAB y su contribución potencial a la construcción de un Brasil como nación social y económicamente desarrollada.

Palabras clave: Educación a Distancia. Universidad Abierta de Brasil. Capes.

Introdução

A gestão Fernando Haddad no Ministério da Educação (MEC) trouxe avanços educacionais irrefutáveis, inclusive na Educação a Distância (EaD), com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que materializa como política pública uma modalidade já com história no País e expressa no programa de governo de Lula, então candidato à Presidência de República, pelo lema “Fazer uma escola do tamanho do Brasil”. Sendo a EaD no ensino superior prevista no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), como política pública federal o apoio foi tardio, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.622, de 2005, e o Sistema Universidade Aberta do Brasil instituído pelo Decreto nº 5.800, de 2006. Em 2005 e 2006, dois editais nacionais foram lançados pelo MEC para apoiar a implementação de polos de apoio presencial pelos estados e municípios e fomentar a oferta de cursos a distância por Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, com os primeiros tendo iniciados em 2007.

No âmbito federal, a negligência com a EaD superior não pode deixar de ser associada ao crescimento desmesurado da educação privada, com a anuência do MEC, em especial a partir da década de 1990. Esse fato não foi muito exposto e, talvez propositadamente, nove projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional para criação de uma universidade aberta no Brasil não prosperaram – o primeiro deles em 1972, culminando com o PL 62/1991, do deputado Jorge Hage, aprovado na Câmara dos Deputados, mas retirado em 1993 pelo governo federal sem ser apreciado no Senado! Para situar a implicação dessa negligência, duas instituições de referência em EaD no plano internacional, a *Open University* do Reino Unido e a *Universidad Nacional de Educación a Distancia* da Espanha, foram criadas em 1971 e 1972, respectivamente, tendo hoje, cada uma, mais de 260 mil alunos!

Não são novas as experiências em EaD no Brasil voltadas para as populações excluídas, especialmente do interior, com o emprego de diversas mídias – impressa, rádio, gravações etc. –, e sucesso compatível aos objetivos propostos. Na alfabetização de adultos pelo rádio e pela televisão, temos como exemplos: o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961 e vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; o Projeto Minerva, de 1970, do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, com o apoio de materiais impressos; o Projeto Sistema Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci), de 1967, de tele-educação via satélite para alunos das três primeiras séries do ensino fundamental e para o treinamento de professores, iniciativa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, experiência que resultou em um curso de mestrado em Tecnologia Educacional; os tele cursos 2º Grau, de 1978, e 1º Grau, de 1981, criados em parceria entre as fundações Padre Anchieta e Roberto Marinho, pela televisão e com apoio de material impresso; e o Tele-Curso 2000 para os ensinos fundamental, médio e profissionalizante, de 1995, em parceria da Roberto Marinho com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. No ensino profissional, os institutos Monitor (1939) e Universal Brasileiro (1941) são pioneiros e prepararam milhões de pessoas que não tinham acesso à escola convencional em cursos para o trabalho.

Um bom exemplo da EaD no ensino médio foi o programa Proformação, lançado em 1999 pela extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), que coordenou a produção e execução de um curso a distância de 3.200 horas destinado a professores das séries iniciais do ensino fundamental e das classes de alfabetização das redes públicas estaduais e municipais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste sem habilitação para o magistério sequer de nível médio. A qualidade dessa formação comprova-se com os indicadores de 11% de evasão e 86% de aprovação e com 98% dos cursistas afirmando a melhoria de sua prática em sala de aula. Esses dados estão registrados em avaliação externa encomendada pelo MEC, conduzida pelo prof. Michael Moore, da *Pennsylvania State University*, renomado nome da EaD internacional. Com outra oferta no ano 2000, o Proformação diplomou cerca de 30 mil professores em serviço em 1.107 municípios de 15 estados, sendo 80% da zona rural, que só puderam participar por ser a formação a distância, beneficiando mais de 20 mil escolas e 300 mil alunos. Esse programa

foi a base do atual Proinfantil, da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), curso a distância para o nível médio destinado a professores da educação infantil.

Breve histórico da EaD superior no Brasil

Na pós-graduação *lato sensu* (cursos de especialização e aperfeiçoamento), destaca-se o financiamento dado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), de 1979 a 1983, ao Projeto de Pós-Graduação Tutorial a Distância (Posgrad), destinado a professores de instituições isoladas de ensino superior, tendo como formadores três dezenas de docentes de conceituadas universidades do País em áreas da Arquitetura e da Biologia com grande carência de formação. Um parecer do então Conselho Federal de Educação aprovou uma autorização específica como projeto-piloto, anotando os resultados plenamente satisfatórios e indicando que os cursos eram competitivos em relação a qualquer opção convencional! Outra iniciativa pioneira da Capes na pós-graduação *lato sensu* a distância, em 1997/98, no âmbito do Programa de Apoio ao Aperfeiçoamento de Professores de 2º Grau de Matemática e Ciências (ProCiências), foi o fomento de cursos de capacitação para professores em serviço do ensino médio das redes pública e privada do DF nas áreas de Biologia, Física, Matemática e Química, promovidos em parceria entre a Universidade de Brasília (UnB) com a Universidade Aberta de Brasília, instituída no âmbito da Secretaria de Educação do governo do Distrito Federal, mas, lamentavelmente, extinta em 1999. É de se ressaltar que os registros dessas duas experiências bem-sucedidas são imprecisos, mesmo na Capes.

A primeira instituição de ensino superior do País, pública ou privada, a ministrar graduação a distância foi a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), apoiada pelos governos estadual e municipais. Em 1994, 350 professores em serviço do ensino fundamental da rede pública foram matriculados no curso de Pedagogia. Após avaliação, a UFMT expandiu o curso e, em 2005, já atendia mais de cinco mil professores.

Apesar de pouco ou nenhum apoio federal, alguns estados acreditaram na graduação EaD. Foi o caso da Secretaria de Educação

de Minas Gerais, que desenvolveu o Projeto Veredas por meio de 18 IES públicas e privadas, oferecendo cursos de Pedagogia para professores em serviço nas séries iniciais de escolas públicas. Até 2006, estima-se que o Veredas graduou 15 mil alunos em 772 dos 853 municípios do estado, com avaliações excelentes. Outra referência é o Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Cederj), vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado do Rio de Janeiro, um consórcio que congrega as seis universidades públicas, federais e estaduais, nele sediadas. Criado em 2000, o Cederj conta, hoje, com aproximadamente 26 mil alunos matriculados em seus 10 cursos de graduação a distância. Outras experiências esparsas, mas com resultados expressivos, foram realizadas em São Paulo, Bahia, Pará, entre outros.

Além dos êxitos que se constatam em IES públicas e privadas, em cursos de graduação e *lato sensu*, merece registro o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (Paped), fomentado por meio de editais anuais conjuntos entre o SEED/MEC e a Capes. De 1997 a 2005, o Paped apoiou pesquisas de doutorado e mestrado sobre aplicações tecnológicas na educação e premiou numerosos objetos de aprendizagem e produtos multimídia para cursos e disciplinas da educação básica ou superior, presenciais e a distância. Dezenas de trabalhos de discentes e docentes de graduação e pós-graduação foram premiados, com os resultados apropriados e difundidos nos núcleos e centros de educação a distância de várias IES do País.

Desmistificando o preconceito

Do exposto, conclui-se que a EaD, além de não ser recente no Brasil, tem sua qualidade atestada em diversos níveis. É inegável o prejuízo do apoio tardio no plano federal à EaD no ensino superior. Além disso, foi danosa a demora do MEC na supervisão dos cursos de graduação EaD, hoje superada. As IES privadas com intento meramente comercial, e até mesmo algumas públicas, disso se aproveitaram, com ofertas desmedidas e sem qualidade, mal que, aliás, também aflige, há muito mais tempo, o ensino superior presencial.

Porém, é injustificável o preconceito contra a EaD em caráter genérico e irremovível, que insiste em permear alguns prestigiosos

setores universitários e sindicais com argumentos de precário fundamento acadêmico ou pedagógico. Se o curso, presencial ou a distância, for bem elaborado e executado por profissionais qualificados, com materiais didáticos de qualidade, instalações adequadas e avaliação sistemática, seu resultado tenderá a ser positivo.

No caso da EaD, além dos cuidados com as características específicas da modalidade, do material impresso à satisfatória conexão com a Internet, dos espaços para as atividades presenciais, da tutoria etc., as vantagens são diversas: ampliação do acesso à formação para profissionais em serviço e o aumento potencial de números de vagas, capacitação no domínio de tecnologias e, sem dúvida, a maior autonomia adquirida na aprendizagem pelos estudantes.

Um fato nunca citado nas manifestações de preconceito refere-se ao desempenho dos cursos de graduação EaD nas avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com alunos ingressantes e concluintes, em 2006, 2008 e 2010. Os resultados alcançados são equivalentes, ou até superiores, aos cursos presenciais correspondentes. Atente-se para um detalhe relevante: à época da aplicação desses exames, praticamente não havia concluintes do Sistema UAB e a quase totalidade dos estudantes eram de IES particulares!

Por que então o preconceito? Na esfera acadêmica, predomina um flagrante elitismo, que pode ser associado, direta ou indiretamente, aos critérios de avaliação das agências de fomento, em especial de programas de pós-graduação (pela Capes) e de editais e registros no currículo Lattes (pelo CNPq). Segundo esses critérios, é incomparavelmente mais relevante o peso das publicações em periódicos, sobretudo internacionais, os números de orientações concluídas, as pesquisas etc. As atividades associadas à qualidade da educação são pouco consideradas ou até mesmo menosprezadas, dependendo da área de conhecimento. Uma ressalva é essencial: a culpa do elitismo é usualmente atribuída às agências, mas os critérios são definidos pelos coordenadores e consultores escolhidos no âmbito da Academia, cabendo às agências convalidá-los, em um sistema quase semi-parlamentarista!

Outro tipo de reação à EaD, mais branda e circunscrita à discussão pedagógica, ocorre entre educadores pouco afeitos à modalidade, além daqueles temerosos ou comodistas frente a novos desafios, atitude paradoxal, mas frequente na Academia. Em parte, ela se dilui com a iniciativa de pesquisar e avaliar as vantagens que a metodologia EaD pode trazer, inclusive, para o ensino presencial. No entanto, questionamentos ainda persistem sobre a formação de professores a distância. As áreas de conhecimento têm especificidades, em particular em cursos de graduação que demandam atenção diversa e não dispensam atividades presenciais, exigidas na avaliação pelo Decreto no 5722/2005, que podem ser feitas em polos de apoio presencial nos próprios campi das IES ou em outras instalações disponíveis. As práticas laboratoriais exigem espaços, técnicos e equipamentos adequados, conforme o tipo de curso. Os estágios demandam preparação especial, adequação curricular e avaliação própria, pontos que devem ser detalhados nos projetos pedagógicos e que também devem ser cobrados em cursos de licenciatura diferenciados, como os noturnos, parcelados etc.

Um item em evidência é o crescimento dos objetos virtuais de aprendizagem de qualidade excelente, que permitem otimizar as práticas, tornando-as mais objetivas e sem risco, como nas aulas de Química, e trazendo os alunos com melhor preparação para os encontros presenciais. É recomendável apreciar o portal do Banco Internacional de Objetos Educacionais, repositório de acesso público na Internet, em vários formatos e para todos os níveis de ensino, hoje com cerca de 16 mil objetos publicados, 2.400 processos de avaliação ou autorização para publicação em curso e mais de 2,5 milhões de visitas em 170 países! Três ambientes virtuais hospedados na página na Internet do MEC integram o Bioe: a TV Escola e os portais do Professor e Domínio Público. Além desses, inúmeros espaços virtuais são disponibilizados por IES e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

E no meio sindical e de representações estudantis de IES públicas conceituadas? Aí o preconceito vem revestido de discursos ideológicos equivocados ou mal informados sobre qualidade, da pretensa dispensa do professor e da precarização do trabalho docente na EaD. Ao contrário, cursos a distância exigem educadores preparados e motivados, que, via de regra, são mais exigidos, inclusive no plano intelectual, na preparação

de materiais didáticos e no atendimento aos alunos, seja em fóruns de discussão, em salas de bate-papo e nas demandas individuais. Os professores podem, ainda, atuar em outras atividades inerentes à metodologia, por exemplo, na avaliação como produtores de conteúdo ou tutoria aos alunos – presencial ou a distância, este um componente fundamental do processo, que pode ser exercido por professores em formação, em geral da pós-graduação, aposentados etc. Na EaD de qualidade, os materiais devem ser próprios, elaborados para permitir ao aluno avançar no estudo, no seu ritmo pessoal: não há espaço para improviso! Portanto, os argumentos citados não resistem à análise mais cuidadosa e pode-se até afirmar que a EaD vem ampliar o mercado de trabalho para profissionais da educação.

A modalidade a distância integra o cotidiano da educação mundial e brasileira, com elevada procura e evasão compatível em instituições de todos os níveis – no ensino de pós-graduação, na graduação, na extensão e na educação básica –, como mostram dados recentes. Hoje, professores e alunos transferem, cada vez mais, atividades por meio dos fartos e crescentes meios de comunicação: Internet, telefonia celular, vídeo-conferência, televisão a cabo, rádio etc. Cabe ressaltar a familiaridade do brasileiro com o uso de novas tecnologias, sendo o País referência mundial em eleição eletrônica, automação bancária, telefonia etc. Por que não no ensino?

Uma experiência modelar e recente de EaD na educação básica é o Centro de Mídias de Educação do Amazonas, implantado pelo governo estadual, com a oferta de ensino médio público por meio de teleaulas ministradas por professores especialistas e TV interativa, transmitidas de Manaus em rede IP via satélite, com apoio de material impresso específico e tutoria presencial por professores capacitados no Centro. O atendimento no Amazonas passou de 10 mil alunos em 42 municípios, quando o programa foi lançado em 2007, para 25 mil em todos os 62 municípios do estado, além de mil comunidades beneficiadas. Os dados mostram 88,6% de aprovação, 8,9% de reprovação e 2,5% de abandono, além de desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) superior à média nacional.

Não mencionado pelas manifestações preconceituosas à EaD, seu desempenho é satisfatório em avaliações de várias naturezas. No

Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) nos anos de 2006 e 2008, os alunos ingressantes e concluintes de graduações EaD apresentaram resultados análogos aos dos cursos presenciais correspondentes. Atente-se para um detalhe: à época desses exames, a quase totalidade dos estudantes era de IES particulares, pois quase não havia concluintes do Sistema UAB. Para exemplificar: o primeiro lugar nacional no Enade 2008 foi de um aluno do polo presencial de Jaú/SP, concluinte de curso a distância de Tecnologia em Gestão de Produção Industrial, de uma IES privada do Paraná.

Seria cansativo narrar os casos de êxito em outras avaliações, mas cabe destacar o primeiro lugar geral do concurso para magistério do município do Rio de Janeiro de outubro de 2011, obtido por um aluno do polo presencial de São Pedro da Aldeia/RJ, concluinte de curso da UAB/Cederj de licenciatura em Matemática da Universidade Federal Fluminense. São muitos os concluintes de cursos EaD do Sistema UAB aprovados em seleções de cursos de mestrado de programas aprovados pela Capes. E um exemplo recente de relevância modelar: no último concurso da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS) para o cargo de extensionista em desenvolvimento rural, as cinco primeiras posições na classificação geral foram de alunos egressos do curso superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural na modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, curso também da UAB. Para esse cargo, foram aprovados 116 candidatos, sendo que 71 (61%) foram ou são alunos do curso citado. Ignorar sucessos desse tipo equivale a concordar com o grande escritor Nelson Rodrigues, que afirmava ter o brasileiro complexo de vira-latas!

A opção a distância é cada vez mais procurada pelos futuros professores da educação básica brasileira. O censo educacional do Inep de 2010 aponta o crescimento de 60% de concluintes em cursos EaD nos últimos cinco anos para uma taxa média negativa de 3,6% na modalidade presencial no período. Os 11 mil graduados em licenciaturas a distância em 2005 passaram para mais de 72 mil em 2010! Das seis milhões de matrículas do ensino superior brasileiro, a modalidade EaD representa hoje 15%; das licenciaturas, cerca de 30% do total da formação docente. Se essa tendência se mantiver, o Brasil terá nos próximos anos mais

professores graduados em cursos a distância que nos tradicionais, com os responsáveis pelo ensino de crianças e jovens trazendo uma formação que, portanto, deve ser amparada em tecnologias e experiências de qualidade comprovada. Essa grande procura não se deve apenas a razões econômicas ou geográficas, mas sim pelo fato de que a maioria de nossos jovens, como no resto do mundo, é de nativos digitais, dificilmente motivados pelas aulas convencionais – discursivas, monótonas e pouco atrativas! Compete apenas resguardar os instrumentos de avaliação sistemática de cursos e programas. Com esse objetivo específico, o MEC criou, em 2011, a Secretaria de Supervisão e Regulação da Educação Superior.

Para os interessados no tema, não são poucos os trabalhos de pesquisa realizados no País com fontes de fomento pela Capes e por outras agências e outros programas, além do citado Paped, cujo edital será retomado pela DED/Capes em 2012. Com um conjunto articulado de programas para a valorização do magistério e o fomento a estudos, pesquisas, inovação e estratégias para a integração com a pós-graduação, a formação de professores e as escolas públicas são apoiadas pela Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB/Capes), por meio dos seguintes: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência); observatórios da Educação e da Educação Escolar Indígena; Programa Novos Talentos; e projetos especiais de apoio à educação básica. Em articulação com outros setores da Capes e órgãos governamentais, são constantes os editais dos programas: Cooperação Internacional para a Educação Básica; Programa de Apoio a Eventos no País (Paep), com a Diretoria de Bolsas no País (DPB/Capes); *Britannica on line*, para o ensino fundamental; e apoio a feiras de ciências e mostras científicas, com o CNPq.

Um interessante objeto para estudo e análise da EaD superior é a *Indira Gandhi National Open University*, estabelecida em 1985 e que atende mais de quatro milhões de estudantes na Índia e em 36 outros países, por meio de 67 centros regionais e três mil centros de suporte à aprendizagem. A universidade oferece cerca de 490 certificados, diplomas e graus de nível superior, além de programas de doutorado, com apenas 420 docentes e pessoal de apoio atuando na sede em Nova Delhi e nos centros regionais, mas contando com o apoio de 36 mil colaboradores acadêmicos, vinculados a instituições convencionais de ensino superior, organizações profissionais e industriais.

A missão das duas diretorias criadas na Capes pela Lei n° 11502/2007 (DED e DEB) é coordenar essas iniciativas, com foco na melhoria da educação básica pública do Brasil. Os desafios são inúmeros, mas a Educação a Distância precisa ser encarada não apenas como uma modalidade oportuna, mas uma política pública imperiosa em país continental e em franco desenvolvimento, a 6ª economia mundial em 2011.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil

Conforme apontado no início, não lograram êxito os nove projetos de lei que tramitaram no Congresso Nacional, desde 1972, para a criação de uma universidade aberta, no sentido amplo do termo! Em 2006, com 34 anos de atraso, foi instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto n° 5.800. Em 2005 e 2006, dois editais nacionais foram lançados pela SEED/MEC para a seleção de cursos a distância – graduação e formação continuada –, propostos por IES públicas e polos de apoio presencial por prefeituras e estados.

Um comentário necessário refere-se ao emprego no Decreto 5.800 do termo “Universidade Aberta”, que pode ser questionado em dois aspectos. Primeiro, por se tratar, na realidade, de um agrupamento de IES públicas atuando na EaD superior, com parâmetros comuns para a articulação com polos, ofertas de cursos e financiamento federal. Segundo, por não ser o acesso aberto a todos os candidatos habilitados, pois a maioria dos cursos exige processo seletivo, como o vestibular. Talvez o nome mais adequado fosse Sistema Nacional de Educação Superior a Distância!

Dados de janeiro de 2012 indicam a consolidação da UAB como política pública para a ampliação e interiorização da oferta de educação superior no Brasil, integrada por 91 IES públicas: 48 universidades federais, 15 institutos de educação, ciência e tecnologia e 28 universidades estaduais. Dos 207 mil alunos matriculados, 132 mil são da graduação –, licenciatura (80%), bacharelado e tecnólogo, e os restantes (36%) de pós-graduação *lato sensu*, maciçamente professores (80%). São ministrados atualmente 660 cursos, dos quais 310 de graduação, com ênfase nas licenciaturas, e os demais de formação continuada – especialização e

aperfeiçoamento. Nos 26 estados brasileiros e no DF, a UAB envolve 630 polos de apoio presencial ativos: 48 na região Centro-Oeste, 214 no Nordeste, 90 no Norte, 162 no Sudeste e 116 no Sul. Os cursos da UAB abrigam 54 mil professores em serviço da educação básica, parte expressiva em cursos de formação inicial do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor).

Dos cursos não identificados com a formação de professores, bacharelado e pós-graduação *lato sensu*, a maioria transcorre no âmbito do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap), uma iniciativa do MEC para atender o pleito de órgãos federais e de controle – em cursos ministrados por 46 IES públicas, que registram 40 mil alunos matriculados. Existe grande demanda pela ampliação do Programa – que vai ser atendida, por meio de edital, em 2012 –, face à qualidade reconhecida dos cursos e à necessidade premente em todos os níveis de governo.

O sistema UAB deu um grande passo com a aprovação do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat) pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior da Capes, em novembro de 2010, destinado a professores em serviço das redes públicas de educação básica. A proposta inovadora foi elaborada pela Sociedade Brasileira de Matemática e pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), com emprego da modalidade a distância. Por meio de duas chamadas nacionais de adesão, em 2010 e 2011, o Profmat envolve hoje 64 IES e cerca de 2.500 alunos aprovados nos processos seletivos. O sucesso da iniciativa pode ser avaliado por propostas similares em preparação pelas sociedades brasileiras de Física e Química e pelo Inmetro, ainda a serem submetidas ao CTC/ES-Capes.

De 2007 a 2011, o MEC investiu, atualmente por meio da Capes e antes pelo FNDE e SEED, nas IES e nos polos integrantes do Sistema UAB um montante de recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em custeio, capital e bolsas para a cobertura de custos com a montagem de laboratórios didáticos e bibliotecas, projetos de tecnologia da informação, infraestrutura, programas de capacitação em EaD de professores/tutores, aquisição de equipamentos e material permanente, ações relativas ao Plano de Ações Articuladas (PAR/MEC), implantação e execução de cursos de graduação, formação continuada e do Pnap, além

de bolsas para coordenadores da UAB, de cursos, professores e tutores. Esse volume de recursos atesta o comprometimento da União com essa política pública da educação brasileira.

É compromisso da DED/Capes que os métodos, as técnicas e as tecnologias de EaD são uma necessidade em toda IES que deseje democratizar o acesso e oferecer uma educação contextualizada, comprometida com o desafio de construir as bases para um país socialmente justo e economicamente desenvolvido. A correlação entre educação e desenvolvimento é inquestionável. Não há país desenvolvido que não tenha investido significativamente na universalização da educação básica, na expansão da superior e na qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

No Brasil, a obrigatoriedade da educação da pré-escola ao ensino médio deve estar sempre associada às políticas de valorização do magistério, à formação inicial e continuada adequada dos profissionais da educação, à democratização dos bens educacionais e, por consequência, à elevação do padrão de qualidade da escola. Tais políticas exigem uma transformação do modelo educacional superior. A rede pública brasileira de ensino superior oferece, atualmente, 25% do total de vagas, mas com a EaD esse número pode ser potencializado nos próximos anos.

Além da democratização do acesso, a expansão das ações das IES por meio da EaD traz outras vantagens: consolida as estratégias de universalização da educação básica e de valorização dos docentes desse nível; promove a inclusão digital dos estudantes e docentes envolvidos nos cursos e nos programas mediados por tecnologias; favorece a adoção de atitudes que garantem a autonomia necessária ao “aprender sempre”; abre novos campos para a pesquisa e a extensão; e traduz o amadurecimento para uma pedagogia apropriada aos desafios humanos e profissionais do século XXI.

Em suma, a educação superior a distância pode dar uma contribuição inestimável a um projeto de nação com desenvolvimento humano, social e econômico, que conduza a uma legítima educação do tamanho do Brasil!